

TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

Alexandre Freitas Costa
Raphael Silva Rodrigues
[Coords.]

Prefaciado por:
Prof. Regis Fernandes de Oliveira

D'PLÁCIDO
EDITORA

TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

Alexandre Freitas Costa
Raphael Silva Rodrigues
[Coords.]



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Alexandre Freitas Costa.
Copyright © 2016, Raphael Silva Rodrigues.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza

Diagramação
Christiane Morais de Oliveira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

COSTA, Alexandre Freitas; RODRIGUES, Raphael Silva [Coordenadores]
Tributação sobre o consumo -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia
ISBN: 978-85-8425-341-8

1. Direito. 2. Direito público 3. Direito tributário 4. Tributos I. Título. II. Direito

CDU342

CDD341.39

SUMÁRIO

Apresentação **7**

Prof. Alexandre Freitas Costa

Prefácio **9**

Prof. Regis Fernandes de Oliveira

Capítulo 1 **13**

A Guerra Fiscal no contexto do Comércio Eletrônico e os desafios ao Federalismo Brasileiro

André Mendes Moreira

César Vale Estanislau

Pedro Henrique Garzon Ribas

Capítulo 2 **37**

Aspectos Penais da Aplicação do princípio da *não-cumulatividade*

Paulo Adyr Dias do Amaral

Raphael Silva Rodrigues

Capítulo 3 **57**

A Incorporação de Convênios do ICMS: um olhar sobre o estado de Minas Gerais

Bernardo Motta Moreira

Capítulo 4 **77**

Consequência da Guerra Fiscal no Âmbito do ICMS: enfraquecimento da Federação e prejuízo aos Estados

Raphael Frattari

Glauber Mesquita

Capítulo 5

99

A necessidade de fortalecer as exportações brasileiras

Marcelo Jabour Rios

Capítulo 6

109

Substituição tributária envolvendo o ICMS: reflexões acerca da venda destinada a consumidor final, definição de MVA por decreto e impossibilidade de aproveitamento automático de créditos, na hipótese de venda em operações interestaduais

Paulo Henrique Gonçalves dos Mares Guia

Capítulo 7

119

A faceta perversa e regressiva na tributação sobre o consumo no atual sistema tributário nacional

Paulo Vinícius Alves de Azevedo

Capítulo 8

131

A incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza na importação de serviços

José Francisco Lemos

Capítulo 9

171

Os aspectos controversos do conflito de competência do imposto sobre serviços de qualquer natureza

Fernanda Prata Moreira Ribeiro

Capítulo 10

193

A negativa de repetição de indébito nos tributos indiretos e o locupletamento do estado: críticas e propostas de soluções

Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage

Jéccika Cardoso dos Santos

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto Mineiro de Estudos Tributários e Previdenciários (IMETPrev) traz ao público o 1º volume da obra “Tributação sobre o Consumo”, a qual apresenta discussões jurídicas nos diversos capítulos que interessam não só o mundo acadêmico, mas também a todos aqueles que lidam com matéria tributária no cotidiano forense.

O IMETPrev é uma associação civil de caráter técnico-científico e cultural, sem fins lucrativos e motivação de natureza político-partidária, que tem o objetivo, dentre outros, de promover debates, fomentar pesquisas e estudos nas áreas de conhecimento em matéria tributária e do direito previdenciário e financeiro em geral.

O IMETPrev irá promover congressos, seminários, ciclos de conferência e estudos, cursos e outros eventos assemelhados com vistas a melhor difundir os Direitos Tributário, Previdenciário e Financeiro. O instituto deverá, ainda, promover sessões plenárias de estudos, comunicações, exposições, dissertações, debates, conferências e outros procedimentos similares, compatíveis com as áreas de conhecimento.

Em seus programas, o IMETPrev irá conceber, planejar, realizar, incentivar, patrocinar e apoiar a difusão de ações, projetos, publicações, cursos e seminários presenciais e a distância, e demais atividades educacionais, culturais e científicas no âmbito de sua atuação.

O IMETPrev cumpre, portanto, um de seus relevantes compromissos estatutários entregando a sua 1ª obra destinada a provocar reflexões e debates jurídicos, ora fomentados por nossos membros

fundadores e professores convidados, afirmando-se, assim, como publicação que objetiva tratar dos temas de Direito Tributário, Previdenciário e Financeiro.

Belo Horizonte, maio de 2016.

Prof. Alexandre Freitas Costa

Mestre em Direito Tributário pela UFMG;
Doutor em Direito Público Pela PUC/MG;
Professor Adjunto da PUC/MG;
Presidente do Instituto Mineiro de Estudos Tributários
e Previdenciários – IMETPrev

PREFÁCIO

O ilustre professor Raphael Silva Rodrigues deu-me a honra de um convite para prefaciá-la obra que lança como escritor e coordenador com Alexandre Freitas Costa que, juntamente com outros autores, resolveram enfrentar o difícil tema da tributação sobre o consumo.

Evidente está que o Estado Federal, em tal enfoque, é tema obrigatório. Em matéria tributária, na medida em que unificadas as normas gerais (ou princípios) o problema se complica em face dos interesses de cada unidade federativa. Nenhum Estado-membro quer perder qualquer parcela de arrecadação. Ninguém cede qualquer espaço a outro. Ainda mais que a legislação exige unanimidade nas decisões do CONFAZ.

Ora, todo o direito acha-se permeado de interesses e desejos (veja-se Hirschman). Economista que analisou a economia e sugere a tese de que os interesses limitam os desejos. Tornando clara a ideia: o homem é um ser pleno de desejos. Quer as coisas. É na falta que ele surge. Satisfeito, nasce outro desejo que necessita também ser satisfeito. E, quando isso ocorre, nasce novo desejo. Qual Fênix. É um círculo sem fim. Platão, em “O banquete” foi quem disse que o amor é o desejo na falta.

No mundo econômico é isso que ocorre. Cada um nunca está satisfeito com o que tem e, cada vez, quer mais. Esse desejo do mais conflita com outros desejos de outros seres ou pessoas jurídicas. O confronto é fatal. Raphael Silva Rodrigues e Paulo Adyr Dias do Amaral analisam bem tais questões no capítulo 2.

O interesse das pessoas ou dos Estados e Municípios podem deter os desejos econômico-financeiros dos entes federativos? Não.

Os seres humanos são sempre cordas de violino que tremem ao serem tocados. Vibram. Não cedem.

Surge, então, um verdadeiro conflito por espaços (mantém-se o fato gerador no Estado de origem ou no de destinação?). Não por prestígio; mas, por recursos. Será que Marx estava tão errado em assentar tudo no interesse econômico?

No capítulo primeiro André Mendes Moreira, Cesar Vale Estanislau e Pedro Henrique Garzon Ribas cuidam da guerra fiscal. Ela ocorre por força dos assuntos que acima delineamos.

No capítulo 3 Bernardo Motta Moreira estuda a incorporação de convênios no ICMS. Em verdade, se obtida unanimidade em relação a todos os secretários de Estado da Fazenda, no que tange a qualquer ponto da incidência do imposto estadual, ele passa a disciplinar as relações entre os Estados.

Nos demais capítulos há análises bastante percucientes sobre os temas ali tratados.

O que vale é que todos os temas enunciados nos epítomes dos diversos capítulos. Todos foram versados com mãos de mestres. Expostos ficaram os problemas e apontadas foram soluções. Como recomendável a um livro que cuida de matéria delicada como a tributária.

O tributo nasce, originariamente, como constrição sobre povos e tinha também aspecto pessoal. A saber, as nações, quando conquistadas, ficavam à mercê dos dominadores que impunham exigências econômicas. Surge o tributo. De outro lado, a sujeição a constrangimento pessoal para a prática de algumas atividades igualmente se classificava como tributo. Hoje, a legislação codificada afastou tal possibilidade. A doutrina do direito administrativo entendeu tal fato como prestação pessoal e não tributária.

Entende-se que a matéria tributária não está desvinculada dos humores e das paixões. Até é seu exemplo mais claro. A luta pela arrecadação coloca em campo os interesses do Estado de um lado (ou do governo, como queiram) e os direitos constitucionais de outro. Até que limite pode o Estado invadir a intimidade das pessoas para exigir-lhe pagamentos? Está a obrigação tributária dependente da prestação efetiva de serviços públicos? As políticas públicas dependem da efetiva arrecadação?

Tais perguntas batem na cabeça dos juristas. Atormentam-nos. Estes buscam nos escaninhos mentais, na interpretação suave da lei

e na minimização das incidências tributárias aliviar o peso da carga que onera o contribuinte.

É um jogo difícil.

Daí o trabalho dos juristas que se dispuseram a enfrentar os temas difíceis. Fizeram-no com raro brilho. Não se omitiram. Tiveram a coragem de colocar o tema em campo, de discuti-lo à luz da jurisprudência e da doutrina. Apontaram cainhos e soluções. É o que se espera de uma obra jurídica.

Pobre daquele que apenas repete lições de outros, sem nada lhes acrescentar. O jurista não teme. Afronta e debate as normas jurídicas que não podem ficar dissociadas dos problemas reais enfrentados pela sociedade. Igualmente, não podem ficar apenas na análise das normas, sem atentar para que realidade elas se dirigem.

Tudo isso contém este livro. Rico em informações. Com profusões de discussões sobre a atualidade. Evidente que isso consagra seus autores e passa a ser obra de consulta obrigatória sobre os diversos temas.

Os autores, por força de suas análises, se projetam no cenário jurídico nacional. Daí recomendá-lo à leitura de todos. Forçosamente, vão concordar comigo. É o que espero.

São Paulo, maio de 2015.

Prof. Regis Fernandes de Oliveira

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP;
Professor Titular de Direito Financeiro da USP; Livre-
Docente e Associado da Faculdade de Direito da USP;
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo;
Ex-Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados;
Ex-Presidente da Federação Latino-americana dos Magistrados;
Ex-Deputado Federal por dois mandatos (1995-1996 e 2007-2010);
Ex-Vice-Prefeito de São Paulo (1997-2000)

1. A Guerra Fiscal no contexto do Comércio Eletrônico e os desafios ao Federalismo Brasileiro

*André Mendes Moreira
César Vale Estanislau
Pedro Henrique Garzon Ribas*

2. Aspectos Penais da Aplicação: do princípio da não-cumulatividade

*Paulo Ayr Dias do Amaral
Raphael Silva Rodrigues*

3. A Incorporação de Convênios do ICMS: um olhar sobre o estado de Minas Gerais

Bernardo Motta Moreira

4. Consequência da Guerra Fiscal no Âmbito do ICMS: enfraquecimento da Federação e prejuízo aos Estados

*Rafael Frattari
Glauber Mesquita*

5. A necessidade de fortalecer as exportações brasileiras

Marcelo Jabour Rios

6. Substituição tributária envolvendo o ICMS: reflexões acerca da venda destinada a consumidor final, definição de MVA por decreto e impossibilidade de aproveitamento automático de créditos, na hipótese de venda em operações interestaduais

Paulo Henrique Gonçalves dos Mares Guia

7. A faceta perversa e regressiva na tributação sobre o consumo no atual sistema tributário nacional

Paulo Vinícius Alves de Azevedo

8. A incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza na importação de serviços

José Francisco Lemos

9. Os aspectos controversos do conflito de competência do imposto sobre serviços de qualquer natureza

Fernanda Prata Moreira Ribeiro

10. A negativa de repetição de indébito nos tributos indiretos e o locupletamento do estado: críticas e propostas de soluções

*Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage
Jéccika Cardoso dos Santos*